

ASFOC DELUTA

**POR UM SINDICATO CLASSISTA,
AUTÔNOMO E PELA BASE**

Vote 17



/asfocdeluta



asfocdeluta@gmail.com

SOBRE O ADIAMENTO DA GQ DE NÍVEL MÉDIO E O AUMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DOS SERVIDORES: O QUE FAZER?

No último dia 30/10, em poucas horas, o governo golpista de Temer elevou a taxa da Previdência dos servidores públicos (ativos e inativos) de 11% para 14%, reduziu o salário mínimo e anunciou a privatização da Eletrobrás. No que compete à Fiocruz, o ataque ainda atingiu em cheio os servidores de nível médio, já que a implantação da GQ (Gratificação por Qualificação) para este segmento foi adiada para setembro de 2019.

Não devemos nos surpreender, é claro, mas a sequência de ataques que de 2016 para cá vêm se ampliando e intensificando enormemente exige dos servidores públicos e dos trabalhadores em geral que lutemos para resistir. Não tem sido isto o que temos visto, dramaticamente – pelo menos não no grau e intensidade suficientes para fazer frente aos golpes. Seja pela desmobilização da classe trabalhadora que resulta de atordoamento em função de tantas derrotas, seja pela decisão de suas principais lideranças sindicais e partidárias de jogar todas as fichas na luta institucional, o fato é que a quadrilha de Temer e os altos interesses empresariais que ela representa têm se beneficiado do nosso apassivamento.

Segundo parecer produzido por uma assessoria jurídica contratada pelo Andes (Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior) a que a chapa de oposição Asfoc de Luta teve acesso, a MP nº 805 é inconstitucional. De acordo com a análise, o artigo 246 da Constituição Federal impede o emprego de medida provisória para alterar trechos da Constituição que já tenham sido modificados por emenda no período de 1995 a 2001 – e esse é precisamente o caso da contribuição previdenciária dos servidores públicos, definida, em última instância, pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998. Sobre isso, o parecer indica ainda que, legalmente, uma medida como essa deve ser justificada por um estudo atuarial prévio, que comprove sua necessidade para o equilíbrio das contas públicas. “Não se pode promover a modificação da alíquota contributiva por mero capricho governamental, ou despesa circunstancial”, afirma o texto. A assessoria argumenta ainda que, dadas todas essas fragilidades legais, o objetivo principal da MP é motivar os servidores a migrarem para o Funpresp, abandonando o regime próprio – e, completamos nós, enfraquecendo também a luta pela sua manutenção, que vem sendo ameaçada pela proposta de Reforma da Previdência.

O parecer não trata especificamente sobre o adiamento da GQ de nível médio, que atinge diretamente os trabalhadores com menores salários na Fiocruz. Mas, ao discorrer sobre os dispositivos da MP relativos à suspensão dos aumentos e benefícios concedidos a diversas categorias, aponta que, sendo formalizados em lei em vigor (no nosso caso, a de nº 13.326/2016), os termos do acordo já podem ser considerados como incorporados aos direitos do servidor.

Por tudo isso, é preciso unir forças com outros sindicatos e centrais para lutar contra esses ataques. Primeiramente, apostar numa paralisação ampla no dia 10 de novembro, não só da Fiocruz mas de todo o funcionalismo federal. E fazer dessa primeira iniciativa o início de uma agenda de forte confronto com o governo golpista que nos afronta. Em paralelo a isso, devemos atuar no terreno do ativismo jurídico, seja apresentando Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) para o caso do aumento da contribuição previdenciária, seja contestando também judicialmente as mudanças no acordo, numa articulação inteligente entre a via institucional e a mobilização e organização, que todo sindicato comprometido com seus trabalhadores deve seguir.

Sabemos, claro, que mobilizar a base não é mero ato de vontade. É desafio duro que se apresenta, mais do que nunca, para a luta sindical. Mas se o panorama já é difícil havendo luta, o que dizer então quando diretorias sindicais investem na desmobilização, ingenuamente acreditam que a reversão dos ataques é mera questão de *lobby* no Parlamento e no Executivo ou subordinam a defesa dos trabalhadores aos interesses da gestão e de governos?

Não temos a fórmula da mobilização e da vitória contínua e sem percalços, mas temos postura, princípios e sabemos o que não fazer. Só temos um caminho, portanto: retomar a postura combativa dos trabalhadores, que precisam resistir aos ataques, que não cessarão. E isso começa pela escolha de lideranças de fato comprometidas com a luta e com a classe.

Por um sindicato classista, autônomo e pela base, vote 17, vote Asfoc de Luta!

Acesse nosso programa através do link: [Programa da Chapa Asfoc de Luta](#)